

a) que a ECT não atua no campo de prestação de serviços, pura e simplesmente, como qualquer pessoa jurídica de direito privado, mas sim a execução de serviço postal (serviço público), inerente à própria União, o qual seria imune;

b) que o transporte efetuado pela ECT não representa um serviço de transporte, pois não constitui a atividade fim da empresa, mas apenas uma circunstância inerente ao serviço postal, haja vista, que, se o remetente e o destinatário se encontram em localidades distintas, portanto, não caracterizaria um fato gerador do ICMS;

c) que pela atividade de serviço público que exerce a ECT somente poderia ser tributada por TAXA a qual seria de competência da União.

A Consultoria Tributária opinou pela confirmação da decisão singular condenatória de primeiro grau.

Em síntese, este é o relatório.

VOTO DO RELATOR

Relatados os fatos e a versão das partes, cabe agora decidir a questão. Aduz a peça vestibular dos presentes autos que o autuado incorreu no ilícito fiscal, melhor dizendo, a empresa acima identificada transportava mercadorias sem a devida documentação fiscal.

Insta salientar que analisado as peças formadoras da lide, fica caracterizado infringência à legislação tributária, pertinente ao ICMS, uma vez que o Agente do Fisco em procedimento de fiscalização, nas dependências do correios – ECT, constatou, mediante conferência, a presença de mercadorias sem documentação fiscal própria, conforme discriminadas no Certificado de Guarda de Mercadorias – CGM nº 605/2013; daí a sua irregularidade, conforme preceitua o art. 829 do RICMS (Dec. nº 24.5469/1997).

“Art. 829. Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que, depositada ou em trânsito, for encontrada desacompanhada de documentação fiscal própria ou com documentação que acoberte o trânsito de mercadoria destinada a contribuinte não identificado ou excluído do CGF ou ainda, com documentação fiscal inidônea, na forma do art. 131.”

Quanto ao fato da decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em sede de Recurso Extraordinário nº 407099-RS, interposto pela ECT, ressaltamos que ela tem efeito, tão somente, inter partes, não vinculando as demais decisões do Poder Judiciário e do Poder Administrativo, assim por inexistir efeito vinculativo, entendemos ser procedente o lançamento em julgamento.

Convém ressaltar que a autuada tenta demonstrar que o serviço por ela desenvolvido tem caráter público e direto, não se tratando de serviço de transporte, mas de “serviço postal” e como tal goza de imunidade tributária, não podendo a defendente ser considerada contribuinte do ICMS.

Refutando estes argumentos, é importante destacar o parecer emitido pela procuradoria fiscal (Parecer nº 34/99). Para isso, pinçamos os principais excertos, vejamos:

a) que o serviço postal não é alcançado pela imunidade assegurada pela CF/88, à exceção do serviço postal *strictu sensu*, haja vista o serviço de transporte de objetos realizado por empresa pública se inserir na categoria de transporte em geral;

b) que a prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal de bens constitui fato gerador do ICMS, ensejando, assim, a constituição do respectivo crédito tributário;

c) que qualquer prestador de serviço de transporte responde, em princípio, pela hipótese de incidência do imposto que realizada na qualidade de contribuinte;

d) que, na qualidade de responsável, o transportador poderá vir a responder também pelo pagamento do imposto, cuja hipótese de incidência seja promover a circulação de mercadoria desacompanhada de documento fiscal ou sendo este inidôneo, de acordo com o art. 16, II, "c" da Lei nº 12.670/96.

Em consequência deste parecer, a SEFAZ exarou a Norma de Execução nº 07/99, disciplinou procedimentos acerca da fiscalização exercida pelo Posto Fiscal dos Correios nas dependências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.. "in-verbis:"

"Art. 1º O Posto Fiscal dos Correios exercerá a fiscalização no trânsito das mercadorias transportadas pela ECT, na forma do Art. 21, inciso II do RICMS.

Parágrafo único. A fiscalização será desenvolvida no "Centro Operacional de Fortaleza" durante o seu expediente normal de funcionamento.

Art. 2º A fiscalização exercida sobre os volumes transportados pela ECT importará em responsabilidade do Fisco pela reembalagem das mercadorias e bens, em condições semelhantes à original, quando da abertura dos mesmos.

Parágrafo único. Será preservada a inviolabilidade do sigilo da correspondência, ou seja, do serviço postal stricto sensu.

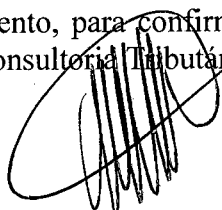
Art. 3º Na hipótese de embarço à ação fiscal, o Posto Fiscal dos Correios deverá adotar os procedimentos previstos na Legislação do ICMS.

Art. 4º Esta Norma de Execução entra em vigor a partir de 1º de outubro de 1999."

Como se vê, improcedem os argumentos da recorrente, destacando-se que a ECT, mesmo exercendo atividade de execução de serviço postal (serviço público), pode vir a ser responsabilizada pelo pagamento do ICMS quando ocorrerem as situações previstas em lei como geradoras do aludido imposto, na forma prevista no art. 128 do CTN e art. 16, II, c da Lei 12.670,96 e art. 140 do RICMS (Dec. nº 24.569/1997). Ou seja, mesmo não sendo o serviço de transporte, uma atividade fim da empresa, esta se submete aos efeitos da responsabilidade tributária por imposição legal, sendo o local onde se encontra a mercadoria em situação irregular a própria ECT, nos termos do art. 16 do Dec. Nº 24.569/1997.

Logo, considerando que a legislação do ICMS prevê a obrigatoriedade do acompanhamento da mercadoria pela sua respectiva nota fiscal, e prevê a apreensão daquelas que estiverem desacompanhadas da mesma (art. 830 do Dec. Nº 24.569/1997), e considerando, ainda, que a ECT pode ser responsabilizada pela referida infração, há que se reconhecer a legitimidade do lançamento.

Isto posto, com esteio nas razões de fato e direito ora evidenciadas voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário, negando-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, nos termos do Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.




DECISÃO

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

RESOLVEM, os membros da 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para após afastar a preliminar de nulidade arguida pela recorrente, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS REUNIÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 24 de 03 de 2014.


Francisca Marta de Sousa
PRESIDENTE


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO

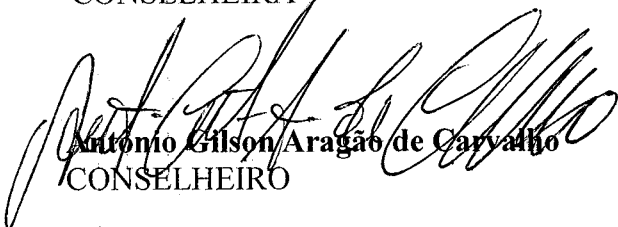

Aneline Magalhães Torres
CONSELHEIRA


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO

José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO

Ana Mônica Filgueiras Menescal
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA


Antônio Gilson Aragão de Carvalho
CONSELHEIRO


André Arraes de Aquino Martins
CONSELHEIRO

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO

Ivete Maurício de Lima
CONSULTOR(O)A TRIBUTÁRI(O)A